

SIMPÓSIO 62

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

A PERÍCIA ODONTOLÓGICA COMO DISPOSITIVO DE BIOPOLÍTICA NA CRISE
MIGRATÓRIA EUROPEIA

Eixo Temático:

2 – Direitos Humanos, Políticas Públicas e Estado;

Coordenadores:

Nome do Coordenador 1: Marcos Vinicius Viana da Silva

Vinculação Institucional: Universidade do Vale do Itajaí

Resumo Curricular: Doutor (Doctor Juris) em Derecho pela Universidade de Alicante (2019), financiando pelo Programa PDSE/Capes. Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2019); Mestre em Ciência Jurídica pela UNIVALI (2015), Bacharel em Direito - Mérito Estudantil - UNIVALI (2013); Professor Universitário de Graduação dos cursos de Direito e Relações Internacionais (2013); Professor do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas - PMGPP (07/2019) e Programa de Pós-Graduação em Direito das Migrações Transnacionais - PPGDMT (05/2019); Responsável pela Propriedade Intelectual do NIT - UNIINOVA da Univali (2019); Advogado (2013).

Nome do Coordenador 2: Rafael Padilha dos Santos

Vinculação Institucional: Universidade do Vale do Itajaí

Resumo Curricular: Doutor (2015) em Direito (Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI e a Università degli Studi di Perugia), Mestre (2011) em Filosofia (UFSC), especialista em Psicologia Social (2011) (Universidade Estatal de São Petersburgo), especialista em Direito Processual Civil (2007) e graduado em Direito (2006) (UNIVALI). Coordenador do Programa Stricto Sensu em Direito das Migrações Transnacionais, do Mestrado em Direito das Migrações Transnacionais na UNIVALI e a Università degli Studi di Perugia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica (PPCJ – UNIVALI). Coordena o Núcleo de Apoio ao Migrante, a Cátedra Sérgio Vieira de Mello-ONU e o módulo Jean Monnet (UNIVALI).

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

A presente proposta insere-se no eixo Direitos Humanos, Políticas Públicas e Estado ao examinar a perícia em medicina dentária forense como dispositivo de biopolítica na gestão contemporânea das migrações. No contexto das políticas migratórias europeias, a determinação da idade biológica de migrantes indocumentados tornou-se um mecanismo jurídico-administrativo de triagem, no qual técnicas biomédicas são mobilizadas para suprir a ausência



de registros civis e orientar a aplicação do ordenamento jurídico, especialmente na distinção entre menores e adultos no sistema de asilo.

O simpósio propõe discutir a tensão estrutural entre a natureza probabilística dos métodos científicos de estimativa etária e a exigência de segurança e certeza jurídica na definição da maioridade penal e civil. A partir da análise do Índice do Terceiro Molar (I3M), amplamente utilizado em perícias odontológicas forenses, problematiza-se o papel das instituições estatais na conversão de dados biológicos probabilísticos em categorias jurídicas normativas.

Nesse contexto, emergem questões centrais relativas aos limites éticos e jurídicos do uso de tecnologias biomédicas de identificação como instrumentos de controle migratório, bem como à sua compatibilidade com os princípios internacionais de proteção dos direitos humanos. A abordagem proposta adota uma perspectiva transdisciplinar que articula direito, ciência forense e teoria da biopolítica, investigando em que medida tais práticas podem comprometer as garantias internacionais de proteção a crianças e adolescentes no sistema europeu de asilo.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)